

Pauta: Apresentação do projeto do Parque Harmonia, EVU aprovado no CMDUA e discussão

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): (10h11min) Estão abertos os trabalhos da presente Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM. Bom dia, vamos dar início aos nossos trabalhos. Estão presentes a Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, a Ver.^a Cláudia Araújo, a Ver.^a Lourdes Sprenger, o Ver. Aldacir Oliboni, na Mesa dos trabalhos. Nos acompanham aqui também o Ver. Ramiro Rosário e a Ver.^a Comandante Nádia. Essa proposição foi apresentada pelo Ver. Oliboni para tratarmos da apresentação do projeto do Parque Harmonia, EVU aprovado na CMDUA e discussão. Chamamos para compor a Mesa o Sr. Pietro Kayser, representante da GAM3; o Sr. Alex Pereira de Souza, representando a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, e o Sr. Alison Martins, representando a Secretaria Municipal de Parcerias. Nós vamos abrir a palavra para os vereadores que quiserem fazer uma fala inicial. O primeiro será o Ver. Oliboni, que é o proponente. Nós vamos abrir, no final, dez inscrições. Estão presentes também a Sra. Anelise, do Coletivo Preserva Redenção; o Sr. Felisberto Seabra Luisi; a Sra. Frida, da SMDET; e a Sra. Roselena Colombo, do projeto PoAncestral. Passo a palavra ao Ver. Aldacir Oliboni, para fazer a fala inicial.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o presidente da COSMAM, Ver. José Freitas, e os colegas vereadores da comissão – Ver.^a Cláudia, Ver.^a Lourdes e Ver.^a Tanise. Também estão aqui prestigiando a reunião o Ver. Ramiro e a Ver.^a Nádia, que não são integrantes desta comissão. Saúdo também a GAM3 através das representações que estão à Mesa; ao meu lado, está a Carla Deboni; também uma saudação aos demais companheiros que estão à Mesa, ao Alex, da secretaria de governo, e ao Alison Martins, sejam todos bem-vindos. Saúdo os cidadãos e cidadãs que estão aqui, as representações, as entidades, enfim, todos e todas. A COSMAM ainda não tinha feito uma apresentação nem mesmo à Câmara, não foi provocada, nem mesmo ao atual governo, sobre o Parque da Harmonia. Nós aprovamos, na gestão anterior, gestão do governo

Marchezan, um projeto de lei que tratava do Parque da Harmonia ou Parque Maurício Sirotsky Sobrinho. Naquela ocasião, houve uma infinita discussão. Nós, da oposição, votamos contra, mas o projeto foi aprovado com uma realidade e um outro projeto. Projeto com EVU e, se não me engano, discutido no CMDUA. Este projeto em execução, para nós, está incompleto, inconcluso, e é por isso que eu vou fazer aqui a minha manifestação, até como uma forma de, eu diria, provocação, no bom sentido, para que o governo e GAM3 possam explicar para nós, vereadores, e para a comunidade ora interessada. O Parque da Harmonia foi concebido como um parque de tradições gaúchas, um parque gaúcho, com preservação do seu ambiente natural. Ali se trata dum aterro e dum espaço significativo de ambiente natural. Atualmente, todos que visitam o parque ficam impactados com o nível de descaracterização do seu objetivo principal e com a destruição ambiental que está ocorrendo, com a remoção de mais de 350 árvores, 56 % das árvores que ali existiam. (Projeção de imagens.) Ali nós estamos colocando como era o parque. Depois desta foto, gostaria que pudesse colocar em seguida, enquanto eu vou lendo o meu discurso, como ele está hoje. Ali estão inúmeras imagens impactantes. Cinquenta e seis por cento das árvores que ali existiam estão resultando na perda da biodiversidade local. Espécies vegetais e animais estão perdendo seu *habitat* e os recursos essenciais para sua sobrevivência. Além disso, a retirada de mais da metade das árvores existentes impacta a qualidade do ar, a degradação do solo com essa remoção e o soterramento das raízes. Compromete a capacidade do solo derreter a água, ocasionando riscos futuros de alagamento para todo seu entorno. Sobre isso é preciso lembrar o que disse o atual prefeito na Câmara Municipal na gestão lá em 2017, quando aconteceu o tal do vendaval devastador em Porto Alegre. O próprio prefeito, na época, afirmou que a devastação ocasionada por aquele fenômeno meteorológico só não foi maior devido à vegetação que existia na orla, incluindo o Parque da Harmonia e o Parque Marinha do Brasil. Afinal esses também se caracterizam por bacias de amortecimento de água para as ruas laterais e toda a região do Centro de Porto Alegre. Porém, agora, com a retirada das árvores em excesso e com o aterramento do parque, com a colocação de

piso de concreto onde antes havia vegetação e de uma alta camada de brita – que, pelo que vimos após recente chuva, não absorveu a água deixando o parque alagado – e de asfalto na sua rua lateral, que virou estacionamento privado, essa bacia de amortecimento não existe mais. Vi, com a equipe que foi visitar o parque, que, dentro do parque, há um projeto de drenagem, porém as ruas do seu entorno, que antes tinham alagamentos evitados pela função do amortecimento do parque, como ficarão? Aliás, quero lembrar um ex-vereador de Porto Alegre, meu colega, todo o mundo conhece, o Ver. Moesch, que, embora tivéssemos divergências, sempre convergimos com relação à defesa do meio ambiente, ele dizia que não era adequada a colocação de um centímetro sequer de brita no Parque da Harmonia, nem mesmo durante o Acampamento Farroupilha, pela degradação ambiental que poderia trazer. Outra questão é o impacto da vizinhança. Foram consultados a população do Centro Histórico de Porto Alegre e os órgãos limieiros do parque sobre os impactos ocasionados? Nos fins de semana, têm ocorrido *shows* privados na área pública do parque, e os ruídos, de tão altos, afetam toda a população do Centro, da Cidade Baixa e do Menino Deus. Além disso, sabemos que a população que acessa a orla nos finais de semana hoje é de mais de cem mil pessoas. Com as obras realizadas, sabemos que esse número poderá dobrar ou até mesmo triplicar. É conveniente centralizar o lazer de uma cidade em apenas um espaço? A região tem infraestrutura para suportar tal aumento de demanda? Haverá segurança suficiente? Haverá banheiros suficientes? Plano de mobilidade urbana que evite engarrafamentos? Qual é o Estudo de Impacto de Vizinhança apresentado, visto que hoje a população do Centro Histórico já enfrenta dificuldades com essas questões? O Estudo de Viabilidade Urbana, EVU, aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, CDMUA, está sendo cumprido? O atual está sendo cumprido? Pelo que sabemos, pelas palavras da própria empresa, houve modificações – a empresa é a GAM3 – importantes no projeto, e as obras estão sendo realizadas sem a aprovação de um EVU pelo CDMUA, um passo necessário para sua continuidade, ou seja, a empresa não pode estabelecer modificações no projeto original ao seu bel prazer, e realizá-lo

sem a aprovação do CMDUA. Quando eu estive visitando as obras de aterramento, corte de vegetais, colocação de brita e piso de concreto, entre outras, me chamou atenção o número de animais em extinção no parque, em especial pássaros que ocupam o local, assustados, perdidos em meio às obras. Qual o estudo do impacto da fauna e da flora feito no parque, se é que ele existe. Pergunto também: o plano de drenagem urbana interno e externo no entorno do parque está de acordo com a legislação atual? E o plano de gerenciamento de lixo que será acumulado contempla os critérios de sustentabilidade ambiental e a coleta seletiva? Essas são apenas algumas das questões.

Há outras questões que nos preocupam. Quando perguntado ao governo qual o número de árvores que deverão ser suprimidas, a resposta foi a seguinte: “Não há previsão de quantas árvores serão suprimidas; há o manejo constante daquelas do manejo preventivo, que oferecem risco à população. Aquelas que estão em conflito com a implantação das obras civis, a cada intervenção há um laudo com justificativas técnicas, a emissão de uma autorização e um cálculo de compensação”. Onde isso está?

Por fim, quero afirmar que sou favorável ao desenvolvimento, porém este deve levar a uma consideração de sustentabilidade ambiental, viabilidade urbanista e impacto da vizinhança, da fauna, da flora e outros. Infelizmente, no caso que estamos debatendo hoje, me parece que tudo isso não está contemplado, não houve uma preocupação com a questão de contenção das águas, da preservação vegetal, do impacto da obra e tampouco da preservação das modificações que ela recebeu em relação ao projeto original através de novo EVU a ser aprovado pelo CMDUA, fato que confronta diretamente a legislação. Por isso, para mim e para tantos cidadãos e cidadãs, é necessário que se estancem as obras, paralizem as obras no momento, se faça uma mesa de negociações e diálogo com a sociedade para poder reavaliar o projeto em execução. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Por gentileza, o microfone sem fio, porque eu vou passar para a Sra. Simoni, que quer fazer um apanhado sobre o parque. Cito a presença do nosso colega Ver. Giovani Culau – seja bem-vindo. A Sra. Simoni, representante da Agapan, está com a palavra.

SRA. SIMONI AZAMBUJA: Bom dia a todas as pessoas presentes, aos vereadores, às vereadoras. Nós hoje vamos falar um pouco sobre a história e a concepção do Parque Harmonia. Eu vou ficar aqui mais perto da tela, houve uma solicitação para que a gente apresentasse esse trabalho.

Em 1º de junho de 1981 existia uma revista chamada Proteção Ambiental, da Secretaria do Meio Ambiente, e ela já noticiava um novo e grande parque, o Porto dos Casais. Com a ajuda do DMLU, do DEP, da SPM, da SMOV e da SMEC, a SMAM conseguiu fazer um trabalho altamente compartilhado, e isso fez com que os custos diminuíssem. A área era de 65 hectares, no início.

Bom, pessoal, os trabalhos de limpeza, saneamento e preparo do local foram iniciados em março, e as obras do parque eram desenvolvidas dentro de uma filosofia de sensibilidade ao ambiente natural. Procurava-se obedecer à conformação natural da área.

Na concepção inicial teria um galpão crioulo com fogo de chão, que seria reservado para apresentações nativistas, exposições de pequenos animais, torneios hípicas, quase como uma minifazenda. Teria também um lago onde seria praticado nautimodelismo e aeromodelismo, prática de futebol, vôlei, uma pista para corridas de 3.000 metros de extensão que acompanhava a orla do Guaíba; também um ginásio coberto com a realização de torneios de esporte amador e um recanto para as crianças, o que seria uma cidade infantil.

Portanto, o nome do parque não seria somente uma alusão e uma homenagem aos primeiros açorianos, o antigo Porto dos Casais, e sim a concretização de uma obra que buscava unir passado e futuro através da dignificação do presente, restituindo à cidade um porto autenticamente alegre em meio ao Guaíba.

Nessa mesma revista, naquela matéria, nós tínhamos 65 mil metros quadrados, que, em relação à orla fluvial do Guaíba, abrangiam desde a ponta do Gasômetro

até o arroio Dilúvio. Essa obra foi feita em cima de depósitos de calça de obras, ou seja, foi uma área regenerada para estabelecimento de um parque – eram depósitos de restos de obras e de limpezas.

O agrônomo responsável era Curt Zimmermann e ele comenta que: “a limpeza, compactação e terraplenagem do terreno, preparando os diversos ambientes, tudo era executado dentro de uma filosofia de sensibilidade ao ambiente natural. Assim o projeto de instalação do Porto dos Casais tem se realizado numa escala um por um, por assim dizer, na medida em que o próprio ambiente já existente é que foi sugerindo ideias e abrindo caminhos para o novo parque”. Essas são palavras do próprio Curt Zimmermann, o agrônomo que concebeu o Parque Harmonia. Esse mesmo agrônomo coloca que: “a conformação natural de uma área do parque inspirou uma minifazenda, reproduzindo os ambientes típicos do interior do Rio Grande do Sul, onde haverá um galpão crioulo e local para exposição de pequenos animais. Um pequeno banhado foi também conservado, onde a vegetação espontânea se apresenta mais exuberante; em um outro recanto, serão construídas churrasqueiras, numa área de aproximadamente 6 mil metros quadrados”.

Dois anos depois, tem uma outra notícia, em julho/setembro de 1984. Nós já tínhamos 65 mil hectares, o parque completando dois anos, o galpão crioulo já instalado com 560 metros quadrados, minifazenda, churrasqueiras, fogo de chão, poteiros, cocheiras, o nautimodelismo e aeromodelismo, a questão das 250 churrasqueiras para as famílias, confraternização entre seus usuários, canchas de bocha, de futebol, de vôlei, vila hípica, *playground*, também a Estância da Poesia Crioula – depois, no final dessa explanação, eu vou falar um pouquinho sobre a Estância da Poesia Crioula. Então, em 1982, o Parque da Harmonia passa a ter 137 hectares, através de uma lei do prefeito Villela. E ele coloca que é hora de a população se conscientizar do valor do verde público, bem como da importância da comunidade na conservação e preservação desse patrimônio urbano, tendo em vista o papel vital que esse representa na busca de uma melhor qualidade de vida.

Aqui, pessoal, só para vocês saberem que eram feitas cartilhas, principalmente, no mês da Revolução Farroupilha, onde tinha o Acampamento Farroupilha, com várias dicas de como conviver com o Parque Harmonia durante todo aquele tempo. E essa publicação “Vaqueanos da Ecologia” foi feita por um grupo de diferentes órgãos da Prefeitura, o GTEA, que é um Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, e as ilustrações são do Santiago. Se alguém quiser, eu tenho o material aqui, se alguém quiser olhar e ver esse material.

E sobre a Instância da Poesia Crioula, gente, ainda está presente no restaurante reformado, novo, bem em frente vocês vão encontrar esse lugar. Essa Instância da Poesia Crioula é congregadora de poetas, escritores e historiadores do Rio Grande do Sul, homenageou todos aqueles que, insuflados a morar nos campos da eternidade, deixaram seus nomes unidos à cultura nativa desta querência, é a chamada “Sesmaria do Infinito”. Tem, inclusive, monumentos aqui dentro que tem a ver com pedras dos morros de Porto Alegre. Então, aqui a Sesmaria do Infinito, para quem quiser ainda está presente atrás do restaurante, é um lugar muito bonito, com valor simbólico altíssimo.

Pode passar. Aqui, pessoal, a bibliografia. Pode passar também. E eu queria agradecer a presença de vocês aqui. E colocar que a Agapan estranha a quantidade de árvores que foram suprimidas. E nós temos a compreensão de que, toda vez que um parque for concedido ou uma área pública, isso deveria passar por instâncias de participação popular e da sociedade. Então é isso que eu teria como recado para vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Simone. Está conosco a Ver.^a Mônica Leal, que faz parte desta comissão. Vou passar agora para o representante da GAM3, Pietro.

SR. PIETRO KAYSER: Bom dia a todos, eu sou o Pietro da GAM3, sou sócio conselheiro. Primeiramente, eu gostaria de explicar as questões relativas à sustentabilidade, à ecologia, eu acho que é uma das mais importantes que a gente está discutindo aqui hoje. Em relação a plano de gerenciamento de

resíduos, eu informe que o parque possui plano de gerenciamento de resíduos consolidado, protocolado, com responsável técnico. Nós, inclusive, temos programas ambientais, como o Recicla Guaíba, já atuantes, que se preocupam com a questão de logística reversa, com crédito de logística reversa. Temos um projeto também, ainda não divulgado, relativo aos cuidados com o lago Guaíba. Dentro do Parque Harmonia em si, obviamente que estamos em obras, quando o parque estiver concluído, ele também contará com programas relativos à parte de sustentabilidade, meio ambiente. Todos os resíduos produzidos em obra, tanto em obra quanto os resíduos produzidos pelo tráfego da população na orla e no parque, contêm rastreamento por MTR, tudo isso está registrado junto à SMAMUS. A concessionária dispõe de corpo técnico ambiental, bióloga responsável técnica pela fauna e flora. No parque, antes da concepção do projeto, foi feito laudo de cobertura vegetal, onde foram registradas todas as espécies presentes no momento da concessão. O parque possui emissão de Autorização Especial de Remoção de Vegetação – AERV, onde ela autoriza a remoção de 432 indivíduos, com termo de compensação de 1.906 novos indivíduos, respeitando as legislações atuais. Dentro desse universo, a concessionária se preocupou em não realizar todas essas supressões. Atualmente, ao contrário do que está sendo dito, o parque removeu 102 árvores, sendo que, dessas 102, 38 estavam em condições físico-sanitária ruins, ou seja, oferecendo riscos à população. Outras, recentemente...

(Tumulto na sala.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Por favor, só um pouquinho, vamos respeitar a fala, por gentileza.

SR. PIETRO KAYSER: Eu vou explicar aqui os dados que eu tenho, depois, a gente pode discutir. Dentro do momento atual que a gente teve, do ciclone, 24 árvores sofreram quedas devido a essas condições climáticas. Grande parte dessas árvores removidas se trata de espécies exóticas, ou seja, não pertencem

à flora regional. Então, sendo assim, um novo projeto arborístico e paisagístico em execução está contemplando, então, um número maior de espécies nativas para favorecer a relação fauna e flora característica da nossa região, então beneficiando a fauna. Dentro do número atual de árvores a serem compensadas, então, nós temos 496 novas unidades a serem plantadas, sendo que dessas já plantamos 38 mudas. A concessão conta com acompanhamento técnico constante da equipe da SMAMUS, em sinergia com os técnicos da GAM3, sofre constantes vistorias semanais, com reuniões de equipes semanais. Todo projeto conta com ações previstas de educação ambiental, fomenta preservação, incluindo um manual das aves presentes na área para que seja possível passar esse conhecimento para os frequentadores, na sua conclusão, através de informativos e painéis interativos.

Eu acho que cabe esclarecer aqui, ou até questionar: de onde foram tirados números que nós retiramos 350 árvores, devastando mais 50% do parque, sendo que, até mesmo pelas imagens por satélite, nós podemos ver que isso não é verdade? (Vaias.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Temos a presença do Ver. Jonas Reis, seja bem-vindo. Quero citar e agradecer a presença aqui da Liliana Cardoso, presidente da Comissão Municipal dos Festejos Farroupilhas de Porto Alegre, seja bem-vinda. A Sra. Carla, representando também a GAM3, está com a palavra.

SRA. CARLA DEBONI: Obrigada pela oportunidade. Primeiro, eu acho que é bem importante, saudável e necessário essa conversa, esse discurso. Antes de tudo, tanto a concessão quanto a Câmara somos vizinhos aí, estamos a uma quadra de distância. Antes de eu iniciar qualquer fala, eu gostaria de reforçar isso que a gente vem fazendo, desde do momento que a GAM3 assumiu a concessão do Parque Harmonia e da orla, que nós sempre estamos de portas abertas. Estamos presentes ali no parque e qualquer dúvida, qualquer situação, qualquer coisa que ocorra, dúvida, realmente, a gente está à disposição pra

recebe-los ali no parque. Só para dar um histórico a todos|: a concessão do Parque Harmonia teve início no dia 10 de março de 2021, quando foi devidamente assinado o contrato, passado por toda uma questão de tramitação, de audiência pública, de edital e contratação, enfim, da concessão. O projeto foi submetido e aprovado para a Cauge, no dia 17 de julho sete de 2022, com a posterior aprovação da CMDUA e prefeito no dia 07/10/2022, e tivemos a concessão, então, do alvará das obras no dia 28 de novembro de 2022.

Um breve relato do que está sendo executado neste momento no parque. Iniciamos pelas obras de terraplanagem, e já tirando algumas dúvidas, Ver. Oliboni, do que o senhor citou, a gente não está aterrando o parque, a gente sabe que toda a concepção - e agradeço também à Simone pela apresentação - do que é o Parque da Harmonia, do que o Parque da Harmonia representa para a cidade, até em termos de infraestrutura, dá para se dizer assim, então, hoje a gente está fazendo adequações de terraplanagem, questões de infraestrutura, atendendo a todas as exigências presentes no edital, de rede elétrica permanente subterrânea, redes de drenagem pluvial, rede de esgoto, rede de água fria. Na sequência disso, a gente entra com a pavimentação das calçadas internas, calçadas e passeios para atender o parque enquanto os eventos obrigatórios e as normas de acessibilidade. Eu sempre brinco que a gente, aqui na concessão...

(Manifestações paralelas. Inaudíveis)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Pessoal, só um pouquinho. Pessoal, só um pouquinho. Vamos respeitar a fala. Por gentileza, se manifestem depois da fala.

(Manifestações paralelas. Inaudíveis)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Por gentileza, vamos respeitar a fala. Pode dar continuidade.

SRA. CARLA DEBONI: Bom, nós temos desafios para atender, nós temos obrigações contratuais, nós temos obrigações legais e a GAM3 está aqui para cumprir com todas elas.

Então, retornando, conforme os laudos da cobertura vegetal realizados no parque, a gente teve também algumas denúncias de a GAM3 ter secado o lago. No momento da concessão, a Simone até cita que houve lago no Parque da Harmonia, mas no momento em que a concessão existiu e a GAM3 assumiu não existia mais esse lago no local. Das imagens que foram mostradas do que está sendo executado no local, que sofreu os alagamentos, foram períodos exatamente após o ciclone. Então, isso aí teve um agravamento da questão do alagamento e obviamente as obras estão em andamento, elas não estão concluídas. E novamente trago a fala da Simone: o próprio Parque da Harmonia é uma bacia de amortecimento para a cidade. Então, nessas situações, principalmente como essa que a gente presenciou no ciclone, ele é, sim, para alagar; ele cumpre a função justamente para que alague aquele local e não sobrecarregue a rede urbana e todas as outras partes da cidade.

(Manifestações paralelas. Inaudíveis.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Pessoal, vamos respeitar a fala, por gentileza.

SRA. CARLA DEBONI: As raízes, então, toda essa questão das raízes das árvores filmadas e tudo mais, onde realmente gera um impacto ambiental, um impacto visual daquele material, foram oriundas... E nós temos o processo, foi retirado, ficamos até a última semana retirado retirando todos os resíduos da própria orla do Guaíba, que acabou chegando, em função do ciclone, saíram dali toneladas de resíduo: troncos, galhos, tudo que é tipo de resíduo que vocês possam imaginar acabou chegando. A concessão é relacionada às duas áreas, retira da orla, acomodou no parque, faz a devida secagem e depois retira. Então, como o Pietro falou, reforçando a questão da RV, nenhuma árvore foi retirada

sem a devida autorização. E uma última complementação, Ver. Oliboni, das questões, numa preocupação que tu levantaste, quanto ao EVU, das falas da própria concessão, de modificação de projeto. Quando a gente fala de adaptações de projeto que estão sendo feitas, é um trabalho que a gente faz no dia a dia ali. Eu trago um exemplo da calçada de acesso, onde a gente tem ali uma grande árvore que está no meio da calçada. Qual é a modificação de projeto? Aceitar que essa árvore se mantenha ali. Então, é a essas modificações e adequações que a gente se refere; não são modificações em que a gente está alterando a concepção em grande vulto, apenas coisas normais. Quando tu passas por um projeto de EVU, tu estás em projeto básico, e aí, depois disso, tu fazes o projeto executivo e tens que fazer todas as adaptações. E, hoje, com relação a toda a questão da acessibilidade do parque é uma coisa que a gente é muito cobrado. Então, tem a pauta do meio ambiente, tem a pauta da acessibilidade, que a gente também tem que tornar o parque acessível para todo mundo. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Bom dia, Ver. Freitas, Presidente da COSMAM; colegas vereadores da COSMAM, representantes da GAM3, representantes da SMAMUS, enfim, saúdo as pessoas que vieram aqui conversar sobre esse importante projeto para Porto Alegre. Eu quero salientar, primeiro, que democracia diz respeito ao que a maioria escolhe. Esse é um projeto que foi instado já no governo passado, veio pra esta Câmara de Vereadores para ser votado e assim aconteceu. Foi votado pela maioria dos vereadores, autorizando que o Parque da Harmonia... Se os senhores não ficarem em silêncio eu não vou poder terminar de falar. Isso faz parte da democracia.

(Manifestações paralelas. Inaudíveis.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Pessoal, por gentileza...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Normalmente... Eu sou professora, e, normalmente, alguns, quando têm educação, escutam; e os outros falam. Eu não vou entrar em nenhum debate aqui nessa questão aí com vocês, porque nós temos que ter... A senhora pode se acalmar um pouquinho, pra escutar? É, ainda vamos ter uns troços... Foi votado nesta Câmara de Vereadores e a maioria dos vereadores, que representa a maioria da população de Porto Alegre, autorizou que isso acontecesse, que o Parque da Harmonia fosse instado da forma em que está sendo é contemplado. *Bueno...*

(Manifestações paralelas. Inaudíveis.)

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Deixem eu colocar aqui as coisas, senão vai dar confusão. O que passou pela Câmara, pelo Legislativo, foi a concessão por 30 anos. Não passou, nós não aprovamos derrubada de árvores. É importante colocar isso.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Derrubada de árvore não existe...

(Manifestações paralelas. Inaudíveis.)

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Outra coisa... Desculpe eu interromper, mas é importante que que fique claro, até porque, amanhã ou depois, sai na imprensa isso, a derrubada não tem nada que ver com o projeto aprovado aqui na Câmara de Vereadores; a concessão por 30 anos, sim! Agora, se o EVU está aprovado, o parecer da Cauge é positivo, o projeto começou a ser discutido lá em 2018. A autorização para a retirada das árvores foi lá no Executivo, em número de 461 árvores, mas o que se sabe é que serão retiradas em número menor do que isso. E a reposição será de 1.906 árvores, todas nativas, para o

benefício da fauna. Estou certa ou estou errada? Como jornalista, eu sou bem informada aqui...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Mônica, deixa eu terminar...

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Então, mais uma vez: a concessão. Por favor, não coloquem no Legislativo a responsabilidade da derrubada das árvores.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Não. E é importante falar, completando, que o Legislativo autorizou a concepção do parque como está sendo feita, e, a partir disso, o Executivo foi eleito para fazer as demandas necessárias. Nem uma árvore está sendo retirada sem autorização da SMAMUS. Isso é importante. A partir da contrapartida de plantio de novas árvores. É tudo dentro do que está especificado em legislação.

Nós estamos aqui com uma discussão mais política do que técnica, por certo. Eu quero dizer a GAM3 que continuem fazendo o progresso que Porto Alegre precisa, continuem mostrando, assim como Porto Alegre já mostrou uma orla maravilhosa que, aliás, a maioria dos que estão aqui não queriam que acontecesse, me lembro de alguns aqui em cima das árvores que não queriam que fossem retiradas da orla e, quando deu o temporal, as árvores caíram e ninguém daqui foi lá recolher as árvores. Mas dizer para os senhores, para todos os senhores, vamos continuar trabalhando por uma Porto Alegre com progresso, cuidando o meio ambiente, dentro da legalidade, e a democracia que vence. Muito obrigada. Nós vamos ter que nos retirar, temos CCJ, vários projetos a serem aprovados.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Depois, pessoal, depois da fala do Ver. Ramiro, pois eles vão ter que se retirar, vou passar para outras secretarias, SMAMUS, que também está presente.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Muito obrigado, Ver. José Freitas; meus caros colegas da COSMAM, todos os presentes; ao contrário da Ver.^a Comandante Nádia, eu não vou paralisar a minha fala caso seja vaiado, caso vocês se manifestem, porque, cada vez que parcela deste grupo aqui vaia as minhas falas, aumenta ainda mais a minha convicção de que nós estamos no caminho certo para a cidade de Porto Alegre. Primeiro ponto, eu tenho certeza absoluta que os senhores aqui, na década de 80, talvez fossem os primeiros a ir lá tentar barrar a obra do Curt, dizendo que se estava interferindo no meio ambiente ao se fazer o aterro com caliças, com material dentro do Guaíba. Vocês seriam os primeiros a ir lá e impedir a própria existência do Parque Harmonia, porque, obviamente, os senhores estão dentro de um conceito de cidade...

(Tumulto na plateia.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Só um pouquinho, Ramiro. Pessoal, se a plateia não colaborar, eu vou acabar com a reunião. Por gentileza, todo mundo é adulto aqui.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Freitas, deixa eles gritarem. É o que sobra para eles. Deixa eles gritarem. Vocês seriam contrários a grandes empreendimentos e grandes obras na cidade de Porto Alegre. Vocês estariam lá fazendo barricadas para impedir, por exemplo, o aterro em 1962, na parte do Parque Marinha do Brasil. Vocês estariam lá impedindo o aterro que ocorreu na orla do Guaíba e também no Harmonia. Se bobear, vocês seriam capazes de se posicionar contrários, inclusive, à canalização do dilúvio. “Oh, que absurdo, estão mudando o curso d’água de um arroio da cidade. Isso é intervenção humana na natureza, destruindo a natureza.” Vocês estariam lá, eu tenho absoluta certeza disso. E agora, por uma questão meramente ideológica, porque são incapazes de admitir que o poder público é incompetente para entregar um parque em condições para cidade. Inclusive se veio aqui, se trouxe ali a história, o jornal da época, romantizando toda a parte do que Curt Zimmermann idealizou, e que bom

que idealizou, e que nunca se concretizou, porque o poder público é ineficiente para a entrega de parques de qualidade como nós queremos. E que bom que agora o sonho de Curt Zimmermann será concretizado, através das mãos empreendedoras da GAM3, que, além de nos entregar um parque bonito, com condições de zeladoria, estão gerando empregos e renda para a cidade de Porto Alegre. Investimento no turismo, uma pequena parcela de toda a cultura e tradição gaúcha. Vou concluir, presidente. Uma pequena parcela de toda a tradição e cultura gaúcha estará representada aqui no Parque Harmonia, para que a gente possa ver. E eu não consigo entender como é que podem, como vocês exaltam aqui a beleza e a importância profissional do agrônomo Curt Zimmermann, e não consideram o profissionalismo dos agrônomos que estão trabalhando, dando autorização para as podas... (Inaudível.) árvores, que haverá inclusive a compensação ambiental. Saudações. Viva Porto Alegre! Viva o desenvolvimento!

(Tumulto na plateia.)

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Eu gostaria de saber, presidente, qual foi a colaboração dessas manifestações, numa reunião que tem que ser produtiva.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Com certeza, todos os vereadores são bem-vindos. Estão aqui os vereadores Jonas, Giovanni, que não são da comissão, mas vieram colaborar.

O Sr. Alex Souza, arquiteto da SMAMUS, está com a palavra.

SR. ALEX PREREIRA DE SOUZA: Bom dia a todos. Estou encontrando aqui vários rostos conhecidos de pessoas que a gente tem alguma relação, que você conhece de alguma reunião ou de algum evento. Sou técnico na secretaria, sou arquiteto, trabalho como diretor de áreas verdes, venho atuando frente à diretoria que cuida de todos os processos que temos relacionados a parques e praças. E eu vi alguns vídeos, algumas informações, notícias que foram publicadas, e não

vi, em nenhum momento, ninguém indo até nós, na secretaria para buscar um pouco mais de informação. Somos muito transparentes, assim como tecnicamente conduzimos o processo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ALEX PREREIRA DE SOUZA: Somos, somos transparentes. Eu sou um servidor público, trabalho com transparência de todos os atos lá dentro da secretaria. Então, o que acontece, vou contar um pouquinho a história para vocês. O que eu estou entendendo é que parece que esse momento aqui deveria ter acontecido muito tempo atrás. Em 2018, foi contratada uma consultoria da UNOPS, e nessa consultoria foram feitos vários estudos para subsidiar e possibilitar que a gente conseguisse estruturar um edital para fazer a concessão do parque. Então, foram vários estudos feitos em 2018. Em 2019, tivemos várias audiências públicas, eu lembro de ter participado...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ALEX PREREIRA DE SOUZA: Foi uma? Não, a gente teve... Não, estive presente... Eu vou atrás da informação. Nós tivemos audiências, onde puderam expor, eu lembro inclusive que a gente recebeu o pessoal do acampamento indígena, e aí a gente conseguiu reverter. A gente tentou adequar toda a questão com o pessoal dos gaúchos, ali do Acampamento Farroupilha, do rodeio também que acontecia ali no local. Em 2020, a gente trabalhou na publicação de um edital, depois desse edital, em 2021, a gente teve assinatura do contrato e em 2022 a gente teve, então, a ordem do início para poder executar as obras. Então, vocês vejam, de 2018 até 2022, para a gente poder começar alguma condição de obra. Teve parecer da Cauge, teve um parecer que foi constantemente apontado, com alguns apontamentos que estão sendo a nossa base. O EVU sofreu algumas modificações muito pequenas relacionadas a passeios, principalmente passeios. A gente definiu alguns quesitos, por exemplo: 20% é

área que pode ser edificada e 80% tem que ser taxa permeável, livre no terreno. Isso está sendo amplamente trabalhado dentro do projeto para poder atingir todos os parâmetros. A gente tem uma tabela, nessa tabela a gente consegue ter aprovação de todos os projetos, onde a gente verifica todas as condicionantes. Então a gente tem um caderno de encargos, a gente tem um edital, a gente tem um parecer que nos dá orientações do que deve ser feito e a gente está fazendo isso. Lá dentro da secretaria, nós temos várias frentes de trabalho. Quando o edital foi lançado e a gente conseguiu ter a empresa selecionada, nós criamos uma portaria com designação de fiscais: uma fiscal de contrato e fiscais de serviço de diferentes áreas. Então existe uma arquiteta que está trabalhando e fiscalizando todos os projetos, as aprovações e os ajustes que vão sendo feitos para o contrato. Tem uma engenheira que está acompanhando as obras e vendo todas as condições que estão acontecendo lá, qualquer tipo de intervenção. Estou vendo aqui, o professor Paulo conhece, a Gabriela Moura, que é fiscal da vegetação, uma engenheira agrônoma que a gente tem na secretaria, muito respeitada, que conseguiu fazer a avaliação de todas as árvores que estão sendo propostas remoção. Hoje, gente, de fato, o que a gente tem lá, são muitas árvores exóticas sendo suprimidas e que vão dar lugar para muitas nativas. Estamos falando em remover quatrocentas e poucas e plantar 1.900, e todas para justamente propiciar a flora e a fauna e condições... Vegetação, como vocês sabem, todo mundo sabe, ela tem um ciclo de vida...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ALEX PEREIRA DE SOUZA: A gente tem que pensar que um dia isso vai se transformar num ambiente rico como a gente quer. O que está hoje sendo suprimido... Por exemplo, eu vi uma questão com relação às raízes, tinha um vídeo mostrando raízes “olha as raízes”, aquilo é destocamento, aquilo não foi árvore que foi removida agora. Muitas árvores foram, nos últimos anos, sendo suprimidas, e agora, para viabilizar as obras de infraestrutura, elas foram destocadas. Quando eu vi o vídeo eu me assustei, eu perguntei para a Gabriela,

e ela disse: “Alex, essas árvores estão sendo destocadas, só isso, não estão sendo removidas nesse momento.” Tem todo tipo de situação, mas o que eu quero deixar claro para vocês, e a minha pauta aqui não é política mesmo, para defender um lado ou outro, ou qualquer coisa, mas é falar tecnicamente daquilo que foi aprovado e que está sendo fiscalizado. Então a gente tem tranquilidade, hoje eu tenho tranquilidade de estar aqui, porque todo o processo, os fiscais todos que estão conduzindo, são técnicos da secretaria, são pessoas idôneas e que estão trabalhando conforme o edital que foi publicado. Eu me coloco à disposição, se vocês quiserem marcar uma hora, um grupo, para gente poder ir na secretaria, conversar com os técnicos, entender como é que as coisas estão...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ALEX PEREIRA DE SOUZA: Também podemos promover uma questão para poder orientar, porque o que eu estou vendo é um processo de desinformação muito grande.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ALEX PEREIRA DE SOUZA: Não, gente, tem desinformação, sim. Estamos falando que a gente tem 471 sendo suprimidas, autorizadas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só complementando, Alex. Autorizadas, são 432, mas estamos trabalhando para minimizar isso, e nós vamos terminar com bem menos de supressão necessária e tudo isso está prevendo uma compensação de cerca de cinco para um, ou seja, estaremos plantando cinco novas unidades, respeitando a natividade das espécies para a gente promover a relação fauna/flora...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ALEX PEREIRA DE SOUZA: Mas elas estão sendo escolhidas, justamente, gente... A árvore mais frondosa, ela não vai ser a prioridade de remoção...

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Pessoal, só um pouquinho.

SR. ALEX PEREIRA DE SOUZA: Outra coisa que eu quero comentar, por exemplo, com relação à existência de lago lá no parque. Nunca existiu. Hoje, aquela área da reservinha, onde tem um banhado, vai ser totalmente preservada. Mas a ideia que se tem ali, de fazer lago, hoje, nós vamos criar bacias justamente para melhorar a condição de drenagem. Isso é uma demanda, gente, que antes de se falar em concessão, em 2014, quando eu entrei na secretaria, se falava que era necessário fazer obra de drenagem para poder melhorar e qualificar o Harmonia, então é uma coisa que vem se somando ao longo dos anos, que culminou agora nesse processo e que a gente vem trabalhando com tranquilidade. Por isso eu falo pra vocês, com toda...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ALEX PEREIRA DE SOUZA: Mas a área da reservinha que a gente tem ali vai ser totalmente preservada...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ALEX PEREIRA DE SOUZA: A reservinha será preservada. A área onde existia o banhado...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ALEX PEREIRA DE SOUZA: Mas foi um cuidado que a gente teve dentro...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ALEX PEREIRA DE SOUZA: Por isso mesmo, inclusive valorizar, contando as histórias. Enfim, a gente segue à disposição, eu acho que a gente precisa conversar mais porque tem muita desinformação, tem muita conversa, números controversos rolando em todo lugar, que a gente ouve falar. A gente fica lá na secretaria pensando: “Gente, ninguém veio perguntar, ninguém veio esclarecer, ninguém pediu uma informação mais específica, o que está sendo...” As coisas vão sendo divulgadas...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ALEX PEREIRA DE SOUZA: Eu estou à disposição para atender vocês, colocar os técnicos que estão em cada ponta para conversar também, porque a gente está para construir e minimizar danos, sempre. Fico à disposição.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Alex. Antes de passar para os vereadores, eu vou passar para a presidente da Comissão Municipal dos Festejos Farroupilhas, Sra. Liliana Cardoso. Por gentileza.

SRA. LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE: Bom dia a todos e a todas; bom dia, Ver. José Freitas, que comanda esta audiência pública; proponente desta audiência, Ver. Aldacir Oliboni, no qual eu nutro um carinho muito grande, aliás, eu nutro, mas a minha mãe o amava, essa é que é a realidade; vereadoras, essas mulheres à frente do seu tempo – Ver.^a Mônica Leal, Ver.^a Claudinha, Ver.^a Sprenger; estendo meus cumprimentos a todos os vereadores na mesa, Ver. Jonas Reis; à concessionária GAM3, saudando a diretora Carla, da concessionária, eu saúdo os demais e também a sociedade civil, que tem essa prerrogativa em audiência pública, estar aqui para fazer um debate onde a gente traz a solução dos problemas para o bem coletivo da sociedade. Para quem não me conhece, meu nome é Liliana Cardoso, faço parte do tradicionalismo desde os meus sete anos, fui patrona dos festejos farroupilhas do Rio Grande do Sul, primeira mulher negra na história desse movimento, me

criei desde os meus oito anos dentro do Parque da Harmonia, enquanto meus pais eram patrões de um centro de tradições gaúchas, e a gente viu, ao longo desse tempo, o processo evolutivo do acampamento. Hoje estou presidente da Comissão Municipal dos Festejos Farroupilhas de Porto Alegre e também do carnaval de Porto Alegre; esta comissão é criada por lei, Lei nº 7.855/96, na qual tem representações da sociedade civil, com as entidades culturais, como 1ª Região Tradicionalista, Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG, Associação dos Acampados da Estância do Harmonia – Acamparh, Associação dos Piquetes do Parque da Estância da Harmonia e do Estado do Rio Grande do Sul – Aspergs, demais secretarias que têm o elo do poder público, junto ao acampamento farroupilha, aqui, junto conosco, a Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa, que é a secretaria, enfim, que faz a organização da comissão municipal, bem como a SMAMUS, que também faz parte desta comissão, assim como a OAB, Ministério Público, conselho de contabilidade, demais entidades. Bueno, vou falar enquanto Acampamento Farroupilha. Por muitos anos, o acampamento tem 41 anos, a maior festa popular do Rio Grande do Sul, que começa ali no Parque da Harmonia, por grupo de famílias, que, aos finais de semana, iam ao parque fazer churrasco, enfim, vivenciar os usos e costumes, famílias essas oriundas do Extremo-Sul de Porto Alegre. No decorrer do processo do Acampamento Farroupilha, ele foi se reestruturando, primeiro eram famílias, sem regulamento, sem regimento, porque as leis também não eram, à época, tão severas. Bueno, passado isso, no final da década de 1999, chega, no acampamento Farroupilha, a organização do acampamento pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho. Nós estamos falando que iniciamos há 41 anos, com quatro, cinco famílias acampando, até o final da década de 90, chegamos a mais de 200 piquetes. No final da década de 90 até 2012/2013, chegamos a 486 piquete acampados ali. Após a chegada da concessionária, a qual penso que não arrombou porta nenhuma do poder público, abriu-se essa concessão, esse habilitar, houve rumores muito grandes dentro da sociedade civil, dos tradicionalistas e piqueteiros, do qual eu faço parte – hoje estou na Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa, mas sou tradicionalista

desde minha tenra idade. E houve rumores, como seria? Eram goianos, quem é essa gente? Não sabe a cultura, e tal; no final soube que era tudo gaúcho. E foram se espalhando, muitas especulações, inverdades. Eu não estava ainda na Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa, mas como tradicionalista estava de fora. E à época da concessão que houve, quando os piqueteiros entraram em ebulição, eu disse: gente, então organizem uma cavalgata, vamos às ruas fazer um protesto, porque o gauchismo, qualquer coisa bota os cavalos na rua; então, bota os cavalos na rua, vamos levantar as bandeiras, vamos à Câmara de Vereadores, vamos fazer um debate, vamos fazer uma construção, vamos tentar frear isso aí, só tem um porém, o Parque da Harmonia, o acampamento é em setembro, do dia 1º ao dia 20 – na realidade, o tradicionalismo não é dono do Parque da Harmonia, mas luta pelo acampamento. Uns gritaram dali, gritaram daqui, não juntaram meia dúzia, não juntaram meia dúzia para pelear e contestar sobre a concessão. Chega-se à concessão; sentamos, então, com a concessionária, sociedade civil e o acampamento do ano passado, o último acampamento antes a pandemia, foram 330 – Ah!, diminuíram os piquetes! Não diminuíram os piquetes; a gente não esperava, para uma concessão, em que todas as famílias foram abaladas financeiramente, porque é muito mais paixão, o piqueteiro que ali acampa, porque ele paga suas despesas, levanta o seu galpão – os custos são daquelas famílias, e a organização. Passado isso, vieram 222 piquetes inscritos, após a pandemia, todos com mesmo relato de dificuldade financeira; as entidades tradicionalistas fechadas; eventos, não puderam mais fazer, jantares, almoços, porque, na realidade, é uma organização mais familiar e algumas entidades que têm, enfim, seu fundo financeiro para que pudesse gerar o seu piquete em setembro. Fomos a 222 lotes. E aí vem a organização – até há pouco falava com um senhor, não sei se ele já foi, porque só quem sente pode ter essa percepção desse entendimento. Eu, que me criei – já estou finalizando. Eu acho muito importante esse aparte, enquanto Acampamento Farroupilha, no meu lugar de fala, como mulher negra, é importante isso, a gente ressaltar, e peço o carinho de vocês, em dizer que houve uma construção, houve um diálogo, uma

liberdade. A concessionária segue a cartilha regulamentada do espaço destinado de 75 mil metros quadrados. Quando uma mulher negra fala, a plateia silencia, gente. Eu gostaria... Não, lugar de mulher negra, mulher negra e tradicionalista. Então, para vocês eu embranqueci, eu embranqueci, então. Então, respeite meu lugar de fala, respeite o lugar de fala de uma mulher negra, respeite o lugar de fala de uma mulher negra! Antes de ser CC eu sou tradicionalista, tenho autonomia e legitimidade como mulher negra e tradicionalista, tenho autonomia, tenho autonomia como mulher negra e tradicionaliza. Concluindo, é homem falando; homem sempre diz que a mulher nunca tem autonomia. Bueno, concluindo, houve organização no ano passado...

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): E é CC, viu!

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: E é CC?

SRA. LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE: Concluindo, o ano passado foi um dos maiores acampamentos que tivemos, de organização, tivemos um embate – isso muito eu cobreí da concessão. Chegou uma Kombi com 15 cadeirantes; eu tive uma mãe cadeirante que amava aquele acampamento e quando ficou cadeirante nunca mais pôde entrar ali, porque não tinha acessibilidade. Brita, barro, e chegou aquela Kombi com 10 cadeirantes. E há uma dificuldade porque muita gente olha para o umbigo da gente, para quem caminha, tem mobilidade, não sente esse impacto, mas para quem não tem e quer conhecer o acampamento há essa dificuldade, que foi sanada, enfim, em partes. Espero que esse ano a acessibilidade, no Parque da Harmonia, tenha realmente 100% de fundamentação, porque não sou eu que foi cobrada, são as famílias que levaram esses cadeirantes lá, que não conseguiram acessar e participar, enfim, andar no Acampamento Farroupilha. Então, nós seguimos a prerrogativa, e eu sou muito pela democracia, pela justiça da lei. Dizer que a GAM3, a concessionária, junto com a SMAMUS, estamos sempre nesse diálogo, segue a prerrogativa, segue o que está no caderno, segue o que está no

caderno, e isso é cobrado. Temos 232 inscritos, de piquetes, no Acampamento Farroupilha, projetos culturais. Cada piquete não é churrasco, bom chimarrão, fandango e trago; cada piquete faz o seu projeto cultural. E esse projeto é obrigatoriedade de levar oficinas e palestras, fazer a guarnição da chama crioula, e a ciranda escolar – recebemos mais de 15.000 alunos que visitam o Acampamento Farroupilha. Muito obrigada; obrigada, Ver. José; obrigada, Ver. Oliboni, com o qual nutro uma amizade muito querida, muito antiga; diante de todos vereadores que estão aqui, talvez o senhor é o que mais conhece a minha raiz e de onde eu venho. Obrigada a quem respeitou o lugar de uma mulher negra e tradicionalista! Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigada Liliانا. O Sr. Alisson, da Secretaria Municipal de Parcerias, gostaria de falar? Está com a palavra.

SR. ALISSON RODRIGUES MARTINS: Presidente, eu até ida ceder o meu tempo, até para podermos dar seguimento aos trabalhos, também não quero tomar... Eu acho que o Alex já explicou um pouquinho ali do caderno de encargos, mas a secretaria de Parcerias também está à disposição; inclusive, a concessão também está no nosso *site*, quem quiser conferir os documentos. Inclusive, aqui a Carla e o Alex também exemplificaram, vocês podem conferir um pouquinho mais lá; depois, eu estou à disposição para contribuir.

Eu posso aqui explicar para vocês aqui extensivamente e tirar o tempo de vocês, estou fazendo uma gentileza em repassar o tempo aqui pra vocês, mas, se vocês quiserem, eu fico extensivamente aqui explicando.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Antes de começar com os nossos inscritos da plateia, vou passar para o Ver. Oliboni, depois para o Ver. Jonas.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Colegas vereadores, convidados, plateia, enfim, entidades que estão muito preocupadas aqui. Nós estamos aqui, o que, para mim, é uma reunião de trabalho, não é um confronto de ideias,

porque isso é natural, isso é natural da vida, nós temos que entender que tem pessoas que, como eu, não concordam, Alex, com o que está acontecendo. A função do vereador, se eu quiser ir lá todo dia fazer vídeo, eu vou fazer, porque eu tenho que fiscalizar não só as concessões, mas o serviço público da cidade, e ali é uma área pública. Quem tem a obrigação de vir aqui dar esclarecimentos são os senhores, vou deixar bem claro isso. Então não sou eu que tenho que ir lá “pelo amor de Deus, me dá uma reunião”, não é assim que funciona. Esse é o primeiro ponto. Segundo: acontecem ali muitas irregularidades para nós, não foi aprovado no EVU e nem no CMDUA. Eu quero que o senhor mostre isso. E, para mostrar isso, juntamente com aquilo que diz a Agapan aqui, que diz que não estão cortando tantas árvores e que o projeto original prevê que 475. Nós queremos saber nós queremos saber também onde serão plantadas, como serão plantadas. Então eu proponho, e aí eu quero ouvir todas as intervenções que vão ser feitas aqui, que, na próxima semana, antes do recesso, os senhores nos oportunizem um local – pode ser no centro de eventos, pode ser aqui – para que nós possamos ter esclarecimentos contundentes, porque, até agora, o que foi apresentado aqui não me satisfaz e possivelmente também não aqueles que estão aqui na plateia. Apenas esse registro, porque nós vamos dar continuidade, ou aqui ou no Ministério Público, essa é a questão. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Bom dia a todas e a todos que vieram até a COSMAM; aqui também cumprimento o Ver. Oliboni, proponente, e o presidente, e, no nome deles, cumprimento todos os parlamentares que estão e que estiveram aqui; também cumprimento os representantes da empresa e os secretários ou representantes do governo Melo. Eu trago aqui uma preocupação. A preocupação é: tiramos árvores que estão juntas num mesmo local em que já tem uma fauna instalada, e ninguém pode dizer aqui que isso não existia, porque existia. Nós íamos ao parque e víamos galinholas ali, preás, uma quantidade enorme de pássaros, saracuras. Eu fui diretor-geral do Simpa por quatro anos,

e ali tínhamos servidores públicos, então nós íamos ali, nós conhecíamos. Então acho que essa substituição do modelo por outro é extremamente nocivo. Não adianta dizer aqui, secretário, que vai ter a compensação de árvores. Não sei se o senhor é da época, mas fizeram a Av. Juca Batista, e tinha uma área ao lado da Av. Juca Batista que era um mato fechado; tiraram todo aquele mato fechado, agora está cheio de lojas lá. E aí, plantaram as árvores no canteiro de toda a Av. Juca Batista – essa foi a compensação do governo Fogaça. Acabou com os animais que tinha ali, a mesma coisa aqui. Então essa compensação de “tira 300”, “tira 400”, “bota 1,9 mil em outro lugar” ... Vocês podem botar 100 mil árvores espalhadas na cidade que não vai ter a compensação do que tinha ali, que as pessoas iam ali com os animais, conviviam ali, animais silvestres; os pais, as mães levavam suas crianças que moram na zona urbana, que não têm acesso a isso. Então, secretário, esse discurso de vocês, da secretaria, aqui não cola; pode colar lá nos gabinetes de vocês, com as empresas, com os CNPJ. Hoje em dia, tudo é dinheiro, as pessoas não dão mais valor à vida. Não importa uma árvore. “Ah, ela estava doente, daí tinha que tirar”. E por que antes ninguém tinha vindo com essa ideia de tirar as árvores doentes, quando não tinha concessão? Milagrosamente, é só quando vem a concessão; aí, tem um monte de árvores doentes. Tu vê, não é? Elas ficaram doentes depois que foi aprovado na Câmara. Que engraçado. E aí, as pessoas justificam “ah, as raízes que estão aqui espalhadas...”. São os cadáveres, essa é a realidade! Não tiveram nem a postura de esconder, deixaram ali, tipo assim “ah, nós estamos aqui e tal, ganhamos a concessão, é lei, nós faremos o que quisermos”. E aí falam que não tem impermeabilização lá. Um monte de brita socada! Um monte de brita socada, tijolo de concreto, tem uma área toda. Vocês estão fazendo um parque muito próximo do Ibirapuera, essa é a realidade, para levar gente para *show*, não é parque, não é parque, troquem o nome, não é mais parque. Troquem o nome! Vocês não podem chamar de parque, comparar à Redenção, comparar ao Marinha, comparar ao Mascarenhas, comparar ao Saint’Hilaire, vocês não podem fazer isso. Não pode ser chamado de parque. O governo tem que mandar

para cá o projeto de lei, tirar o nome de parque, porque o que tem ali não é a vida que a gente entende como o conceito de parque dentro da cidade.

Para concluir, eu acho vergonhoso o secretário Germano Bremm não ter coragem pra vir aqui, não trazer a sua face aqui frente à sociedade. Foi convocado, esta Câmara está acima do governo municipal, aqui tem uma diversidade de partidos eleitos para representar a população e fiscalizar. É vergonhoso o secretário Germano, porque é ele que responde pela pasta, ele que liberou tudo isso aí, e ele nunca discutiu com ninguém, não. Hoje, na cidade, não existe mais secretaria do meio ambiente; é secretaria de parcerias, de concessões e de empreendimentos. Ele não representa os anseios do meio ambiente da capital. Esse secretário, Germano Bremm, não representa nenhum ambientalista, não representa a flora, não representa a fauna desta cidade. Inclusive, eu queria sugerir: o Sebastião Melo deveria tirá-lo de lá, porque sequer é uma secretaria de empreendimentos. Que crie outro nome, que faça outro organograma na cidade, mas não uma secretaria de Meio Ambiente que não protege os animais, não protege os parques. É surpreendente isso, gente. Então, assim, vocês me desculpem aqui o tom de voz, mas eu fico muito triste, porque eu cresci em outra Porto Alegre, em que as juventudes agora não vão crescer, porque agora é mais tijolo, mais concreto e menos verde. Isso é inadmissível.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, vereador. Está em quinto lugar, mas eu vou passar para primeiro, porque ele tem uma apresentação para fazer. Eu vou pedir para ser breve, porque nós temos só 30 minutos, eu vou dar três minutos para cada um, temos 10 pessoas inscritas. O Sr. Paulo Brack está com a palavra.

SR. PAULO BRACK: Bom dia a todos, presidente, vereadores, pessoal aqui dos movimentos, representantes da secretaria, da Prefeitura, enfim. Pessoal, eu fui na sexta-feira lá, tirei várias fotos, fiquei chocado, chocado com o que o Ver. Jonas já colocou também: 70% daquela vegetação foi suprimida ou está sendo suprimida, os campos praticamente não existem mais. Eu vi aves, por exemplo,

como quero-queros, tendo que tomar água no meio do barro. Os passarinhos estão ali perdidos, como o vereador falou em relação à fauna, ali no meio daquela área que é uma terra arrasada. Eu gostaria, se até tivéssemos tempo, quem sabe, irmos aqui numa comissão olhar, porque parece que tem um mundo paralelo do qual o senhor fala, Sr. Alex, onde tem todo o controle. Eu tirei fotos, repassei um documento hoje para a secretaria, pedindo também intervenção do Ministério Público Estadual para que sejam interrompidas as atividades. Vamos sentar numa mesa, sim, conversar, porque aquilo que está acontecendo lá é uma devastação total, é uma calamidade. A fauna, principalmente, está sendo prejudicada, e não adianta dizer que mil, novecentos e poucas árvores vão substituir árvores de 40 anos ou mais; elas vão levar 40 anos para ter os seus serviços ambientais ecossistêmicos, então estão se perdendo, mais uma vez, áreas. Eu gostaria aqui de mostrar pelo menos as fotos, se for possível ir passando. (Procede à apresentação em PowerPoint.) Então eu acho que as coisas que foram colocadas, de que tem controle, que tem fiscalização... Pessoal, aqui os quero-queros no meio do barro... Isso eu, em 40 minutos, olhei; se eu tivesse mais tempo, eu verificaria muito mais coisas que foram colocadas nesse documento que foi apresentado para a secretaria e também para o Ministério Público. Aqui nesse matinho está sendo jogado entulho. Eu gostaria de saber da empresa como é que se permite esse tipo de coisa. Aqui tinha uma área úmida com espécies ameaçadas do gênero equiseta, não sei se alguém de vocês conhecem, equiseta era uma espécie ameaçada que o meu orientador Bruno Irgang já dizia, há vinte anos, que não se podia fazer o sambódromo aqui por causa da existência dessa espécie ameaçada de extinção. Aqui está sendo devastada essa área, o último remanescente. Aterros, são, talvez, milhares de metros cúbicos que estão sendo colocados. Aqui, asfaltamento em cima das raízes das árvores. Aqui entulho em cima das árvores. Não existe nem o cuidado em relação aos vegetais. Então aqui, pedras em cima. Olha aqui o descascamento. Eu tenho mais de 20 fotos, infelizmente não dá tempo, mas existem, sim, injúrias às plantas pelo descuido, porque a pressa é a meta que essas empresas e a Prefeitura tem, e vai transformar tudo isso em áreas que

eram áreas verdes para a fauna, para as pessoas também poderem conviver com a natureza, contemplar a natureza, para fazer negócios. Olha aqui, uma área grande, e nós temos o seguinte, o Parque Harmonia é um parque que tem o campeirismo, é uma área que tem campo, e ele está sendo destruído. Olhem aqui o projeto, pessoal, que a empresa apresenta na sua página: Onde é que está o campo aqui? Não tem mais campo, pessoal, isso é uma calamidade! Se o Parque da Harmonia foi criado inclusive com cancha reta, até me surpreende aqui os representantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho, nós não vamos ter mais campo. Então esse era o perfil de um parque que tinha que ter um aspecto mais daquilo do gaúcho, prezar pela sua cultura. Não se preza mais, se preza pelos negócios, se quer ganhar dinheiro, fazer evento, mega empreendimentos, mega eventos, ganhar dinheiro, fazer negócio. Está se destruindo os parques de Porto Alegre concedendo eles para fazer atividades que perdem a finalidade. Nós estamos perdendo a finalidade, que é contemplar a natureza. Eu não quero gastar dinheiro, comprar isso ou aquilo, botar o carro no estacionamento; a gente vai vir de bicicleta, vai vir a pé, a gente quer ver os passarinhos, quer ver toda a vegetação. Nós não queremos ver prédio, e pior, isso aqui é uma ilha térmica, para quem sabe o que é ilha térmica: onde tem muito cimento, onde tem muito asfalto, ainda mais com os telhados das construções, a temperatura aqui vai ficar três a quatro graus a mais do que no resto da cidade. Então é uma calamidade o que está se fazendo. Eu gostaria que a gente saísse daqui e olhasse as condições porque estão sendo trazidas aqui inverdades em relação ao controle que deveria existir de parte da secretaria, e nós vamos pedir reiteradamente para que sejam interrompidas essas obras, essas calamidades que estão ocorrendo aqui, até que se sente numa mesa e se verifique o que vai sobrar e o que pode ser recuperado, e também discutir o restante dos parques que estão sendo concedidos quase da mesma forma. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Passamos a palavra ao Sr. Emerson, do InGá.

SR. EMERSON PRATES: Olá, bom dia a todos. Bem, eu já fui contemplado com a fala do Brack, acho que ele já falou tudo que tinha para falar sobre isso, no entanto eu gostaria de falar com vocês sobre uma coisa que foi dita aqui, sobre o ciclone que teve há pouco tempo. Pois bem, pessoal, em 2016 teve outro ciclone, e eu gostaria de saber por parte da GAM3 e por parte da secretaria do Germano Bremm quais são as atitudes que estão sendo tomadas nessa aprovação desses empreendimentos em relação às mudanças climáticas, que é uma realidade que a gente está vivendo. A gente viu aqui o Ver. Ramiro, que nos chama de abraçadores de árvores, a Ver.^a Nádia, que usa como quesito a derrubada de árvores. Eu ouvi da fala dela uma vez que para ela tem que derrubar as árvores porque os ladrões se escondem atrás das árvores, então é necessário derrubar. Então essas pessoas que vieram aqui hoje, e também o secretário Germano, que foi a Glasgow... Pasmem, ele foi a Glasgow na última COP, bateu no peito lá: “Eu tenho orgulho de ser secretário da primeira secretaria de meio ambiente de Porto Alegre e do Brasil”. Ele tem orgulho disso, no entanto ele não faz por merecer esse mérito. Disse que tem orgulho de nascer numa cidade onde nasceu José Lutzenberger, no entanto ele não faz o mínimo de vontade para saudar José Lutzenberger ou a secretaria de meio ambiente. Parece que é uma função ao contrário que a gente está vivendo aqui: quem deveria usar isso para preservar está indo contra a gente, contra o povo porto-alegrense. É isso, pessoal, é uma logística insana, é uma coisa surreal o que está acontecendo. Em vez de a gente estar criando mais áreas verdes, a gente está destruindo em troca do capital, em troca do dinheiro, e para privilegiar a quem? A população de Porto Alegre será que tem condições, 80% dela, de pagar para entrar nesses parques, para usufruir dessas coisas? É uma pergunta que eu faço, e eu acho que não tem cabimento isso, gente.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Com a palavra o Sr. Felisberto Seabra Luisi, representando o CMDUA.

SR. FELISBERTO SEABRA LUISI: Bom dia a todos e todas. Quero saudar o Ver. José Freitas, presidente desta comissão, e na sua pessoa saúdo os demais vereadores, saúdo o representante da GAM3. Meu nome é Felisberto Seabra Luisi, sou conselheiro do CMDUA. Não estou representando o CMDUA, estou aqui como conselheiro da RGP-1, região Centro, que abriga 17 bairros. Na nossa atuação no CMDUA não passa nada de empreendimento, de grande empreendimento antes de regularizar as vilas em Porto Alegre, que sofrem, padecem de não ter saneamento, não ter parque, não ter uma visão de cidade igualitária para todos. Então na região, enquanto eu for conselheiro lá, sempre votarei contra, porque ela está destruindo o que ainda resta de histórico no centro. O que ainda resta, porque essa visão capitalista da cidade... Eu sou porto-alegrense e me orgulho muito da cidade que tinha os parques que a gente podia frequentar. Hoje nós não podemos frequentar, não porque não existam os parques, mas porque estão destruindo os parques. Agora mesmo botaram um contêiner na Redenção, descaracterizando o Monumento do Expedicionário. E com relação ao Parque Harmonia, aquela Casa do Gaúcho foi construída com recursos do Orçamento Participativo, coisa que essa cidade esqueceu um pouco, principalmente, os governos que se sucederam a partir de 2004. Não adianta o Melo dizer: estou ouvindo. Não. Mandou R\$ 10 milhões, R\$ 15 milhões agora para as demandas do OP. Cumpra as demandas que os governos de 16 anos deixaram e não cumpriram, são mais de R\$ 1 bilhão. Busque financiamento para cumprir essas demandas; parar de dizer: nós temos que desenvolver o progresso. Que progresso? Enquanto a periferia sofre com falta de escola, de creche, de saneamento básico, falta água. Por que que os capitalistas da cidade não investem na periferia? Por quê? Aí querem o centro. Não, enquanto eu for conselheiro e cidadão dessa cidade, eu vou me posicionar contra. Não ao adensamento na região centro. Vamos ver o que que precisa o centro já existente. Parque Harmonia, Parque do Marinha é nosso, e vai ser parque; e nós vamos nos amarrar em árvore sim, não tem nenhum problema. Admiro o Germano, que devia estar aqui e não está, porque ele é covarde, é medroso.

Concluindo, desculpem a minha veemência, mas é necessário, é necessário, e quero dizer mais: onde estão as provas de que foram liberados? Tanto que o arquiteto, e finalizo minha fala, o senhor como presidente dessa Comissão tem que verificar isso, por que que o arquiteto que projetou o Parque entrou no CAU? Para respaldar o seu projeto, porque está vendo o que está sendo feito no seu projeto, descaracterizando total e comprometendo a sua própria inscrição no CAU, como arquiteto. Têm crimes ali muito sérios, é sério isso, e peço que não se omitam. E digo mais: aquela rua que passa ali na frente do Tribunal e da Justiça Federal foi pavimentada também com recurso do Orçamento Participativo, a diretora era a Hellen Gracie, era diretora do Fórum, foi ao Orçamento Participativo e se pavimentou com a aprovação do FROP da região centro. Obrigado, era isso.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Felisberto. A Sra. Roselena Colombo está com a palavra.

SRA. ROSELENA COLOMBO: Bom dia, meu nome é Roselena Colombo, eu estou aqui representando a coordenação do Projeto PoAncestral muito além de 250, encampado pelo coletivo de professores e professoras de história aqui da rede municipal. Eu trago aqui uma saudação, mas venho aqui falar muito como moradora do centro e como frequentadora do Parque Harmonia, e o que nós estamos a viver é um verdadeiro pesadelo. E aí, me desculpem algumas pessoas aqui presentes, mas pode se falar o que quiser nessa sala, mas contra os fatos não há argumentos. E os fatos é que nós estamos num processo absurdo de extermínio da fauna e da flora. O projeto da GAM3 é um projeto hoje, me desculpem os representantes, é um projeto de um estacionamento disfarçado de um parque de gosto duvidoso e absolutamente antiecológico. Não venham dizer, não venham colocar a culpa no ciclone, não venham falar que as árvores são problemáticas, porque o que traz risco à população, à fauna e à flora é a natureza desse projeto. E aí me desculpem aqui falar, mas assim: quando foi feita a concessão do Parque, por 30 anos, ali a tragédia já estava anunciada,

porque nós vemos um processo de concessão à iniciativa privada de parques públicos que é parte, colega, porque eu também sou municipalidade, de é um projeto de extermínio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que os municipais vêm colocando há décadas, de ausência de concurso, de não renovação de quadro, tudo a serviço do quê? De um processo de arboricídio que nós vivemos na cidade. Eu moro aqui no centro, e o que eu vejo é dia sim outro também estão cortando árvores, há árvores na minha rua que não tinham problema nenhum, e que simplesmente foram tiradas, por quê? Porque a empresa terceirizada, responsável pela poda de árvores, ganha por produtividade, qual é a produtividade de uma terceirizada de poda e de queda de árvores? É tirar árvores! Então é uma produtividade, nesse processo de arboricídio absurdo. As palavras do Felisberto me representam totalmente o que eu falo aqui também está de acordo com o que nós pensamos no PoAncestral. E, pra finalizar, e não me estender muito, eu quero dizer que em novembro, como moradora eu estive aqui, eu tirei fotos, eu entrei com processo na SMAM, e o que eu recebi em resposta é que eu devia entrar com processo no Ministério Público. Então, agora uma saudação ao Oliboni, e a Câmara tem que fazer isso, esse é seu papel, é nas barbas da Câmara Municipal.

Para finalizar, três questões: a primeira coisa que a GAM3 fez, foi colocar um estacionamento fora do perímetro do parque, no lugar onde eu caminhava, daí eu caminhava e dizia: não, mas aqui tem um problema... Porque nós temos uma chancela aqui, as pessoas colocam o carro, só que está fora do parque – fora da cerca do parque – essa foi a primeira coisa que a GAM3 fez. A segunda, e que foi o motivo de eu ter vindo aqui, inclusive na Comissão do Meio Ambiente, que em novembro eles começaram alugar fim de semana para festas *rave*. Eu não vou reclamar porque eu durmo muito bem. E as aves? E os pássaros? Os animais? Então, há crime ambiental, e aí eu tenho proposta de encaminhamento. Eu acho que desta reunião tem que sair, eu acho que é urgente: solicitar o embargo imediato das obras, até que seja feito o estudo de impacto, seja revisto o estudo de impacto ambiental; e é para ontem, porque aquilo que foi morto não tem mais como voltar. Então assim, gente, é de chorar, ver a situação que está.

Embargo imediato disso; revisão desse processo e caso fique constatado o que já é óbvio que é, que é um crime ambiental que está em curso e é isso não é uma desinformação, isso é uma posição diferente do Município, que a gente possa rever o que está sendo feito, certo? Reservinha, não, nós queremos toda reserva.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado. A Sra. Rabeca Peres da Silva, do Movimento Laudato Si, está com a palavra.

SRA. RABECA PERES DA SILVA: Bom dia para todas e todos, eu sou a Rabeca Peres da Silva, sou do Movimento Laudato Si, da Igreja Católica. *Laudato Si* em italiano significa louvado sejas, que é tirado do cântico de São Francisco de Assis, que dizia: louvado sejas, meu Senhor, por todas as tuas criaturas, pelo irmão sol, irmã lua, água, os animais, e assim por diante. Então nós louvamos este nome porque o Papa Francisco é o nosso grande inspirador, inclusive ele escreveu esta carta para toda humanidade, *Laudato Si*, sobre o cuidado da criação. E minhas palavras são inspiradas nesta carta, e eu quero dizer, antes de começar o que eu escrevi e que ouvi aqui, eu quero louvar a última fala da moradora, eu acho que é isso que está faltando, muitas vezes, quando fazem esses grandes empreendimentos, ou qualquer coisa que se faça de ouvir as pessoas. É muito importante ouvir a voz de quem sofre os impactos ambientais. E nós trazemos aqui também que as falas que antecederam, a voz da fauna e da flora, através de pesquisas sérias, pessoas que se comprometem a estudar as causas, os animais, mas trazem aqui a sua voz e o seu sentimento, porque a floresta, a natureza, os animais eles têm sentimentos, eles têm uma alma, eles têm um espírito que, às vezes, a gente acha que não existe. Esses grandes empreendimentos que destroem a natureza, para essas grandes empresas e para algumas prefeituras não vale nada, o tatu não vale nada, o gambá não vale nada, o vírus, inclusive, não vale nada, as pessoas não valem nada. Eu quero assinar embaixo o que todos falaram aqui e dizer: parem com esses projetos de morte, de descarte imediatamente. Que o Ministério Público

seja ouvido, que as pessoas, os moradores sejam ouvidos e que respeitem a natureza, respeitem os seres vivos criados por Deus, eles também têm direito de louvar, tem direito também de ter a sua existência e ninguém pode deter os direitos da terra, os direitos dos animais porque são nossos irmãos, são criaturas de Deus. Nós não estamos brincando, os impactos ambientais estão aí, nós já estamos sentindo, o professor Paulo Braga falou muito bem, o aquecimento global vai aumentar por causa desses empreendimentos que visam lucro. Queremos um modelo diferente, queremos pessoas felizes, natureza feliz. Termino aqui pedindo, em nome de Deus, em nome da fé, da espiritualidade das pessoas, em nome da felicidade das pessoas, em nome do grito, como foi colocado aqui, da terra e das pessoas. Parem esses projetos de morte! Parem imediatamente, não tenham medo de fazer alguma coisa em prol da vida. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): A Sra. Claudete Simas, representante da ONG - Acesso e Cidadania e Direitos Humanos, está com a palavra.

SRA. CLAUDETE SIMAS: Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa e os presentes. Vou ser rápida, porque, quando começa a vez do povo falar, o cronometro começa a funcionar. Estou conselheira no Plano Diretor por uma recondução de mandato de cinco anos. Pena que os vereadores já saíram porque acho que tem uma coisa muito essencial aqui que se esquecem que aprovação não é sinal de legalidade de nada. Vamos lembrar, por exemplo, aqui que nós tivemos quantas vezes e quantas leis que foram revistas no Judiciário, como o Arado que passou por aqui, foi aprovado e foi declarado ilegal, primeiro por falta de participação popular e depois por falta de competência. Quando a premissa é errada, o resto todo está errado. Alex, teve uma consulta pública no dia 18 de dezembro de 2019, não é ilegal fazer no dia 18 de dezembro, mas é imoral fazer no dia 18 de dezembro. Essa consulta pública foi feita com os interessados que eram os piquetes e os indígenas, a sociedade não foi ouvida. Aí nós assentamos que o nosso projeto é legal, é legal porque foi aprovado, foi

aprovado pela Câmara e foi aprovado no CMDUA. No CMDUA, eu sou conselheira, nós requisitamos e denunciemos a ausência de estudos necessários, não tinha estudo de impacto de ruído, hoje nós temos problema com as *raves*. Não tinha o laudo de cobertura vegetal, não estava lá, não foi apresentado para os conselheiros, foi solicitada a participação social com base no artigo 44 do Plano Diretor que diz que a participação social não se reduz à representação dos conselheiros do CMDUA, ela deve ser feita também em nível regional e local. Esse pedido não foi nem colocado à apreciação, porque o nosso querido Germano, no abuso de autoridade, disse que não ia colocar nem para apreciação. Então como é que a gente pode fundamentar e dizer que esse processo foi aprovado e deliberado no CMDUA se lá não tem deliberação. Lá tem um microfone que é fechado e abre-se quando o secretário assim permitir, quando ele quer. Aí nós vamos falar das premissas, está de acordo com a concorrência de 2020. Tem o caderno de encargos da concessionária que tem no mínimo 15 cláusulas que diz que se deve respeitar o ecossistema, respeitar a vida selvagem, cuidar do solo e da água, onde estão? Será que remover 400 árvores e replantar 1.500 se está respeitando o impacto mínimo? Será que está respeitando o desempenho e não está interferindo na qualidade do ar? Será que a qualidade do ar vai ser a mesma com a árvore que se vai replantar? Então tudo isso está dentro, de acordo com a normativa da concorrência? Parece-me que o projeto foi feito pensando em outra coisa não no que foi feito na concorrência. Pode o CMDUA, na verdade, alterar o edital de concorrência onde era permitido 12 m de altura e alterar para 72 m de altura? Isso é legítimo? Eu posso mudar as regras de uma concorrência? Será que eu, enquanto concorrente, se soubesse que eu poderia mudar as regras, depois eu não iria querer também participar desse edital? É legal? É legítimo? Eu acho que nós precisamos pensar. Coisas aqui que foram denunciadas, temos quatro pontos essenciais na verdade: nós temos a perda da biodiversidade, o impacto da qualidade do ar e a degradação do solo, sem falar no impacto da paisagem, tudo isso descumprindo o próprio edital que eu digo aqui que eu estou respeitando. É isso.

SR. ALISON MARTINS: Presidente, com licença, só quero fazer uma pequena correção, a parte da aprovação de 72 m é só em caso de for a instalação da roda gigante, só para deixar claro aqui. Porque, quando vocês falam 72 m, parece que todos os prédios vão poder ter 72 m que não é verdade. Como foi colocado, a gente só precisa fazer a correção de que é este item em específico, porque colocado aqui como de forma geral, não é a realidade.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): A Sra. Lia Veiga, da pastoral ecológica, está com a palavra.

SRA. LIA VEIGA: Bom dia a todos os presentes. Eu venho pela pastoral da ecologia da CNBB. É muito difícil a gente dizer mais alguma coisa além de tudo que já foi dito aqui. Eu inclusive cederia o meu tempo para o pessoal da parte jurídica para que continuassem até o fim a explanação deles. Mas o que a gente pode dizer é que o absurdo que está acontecendo não é só no Parque Harmonia, e se a gente deixar vai acontecer em todos os outros parques e graças a Deus tem uma movimentação muito grande a favor da preservação desses locais públicos e que estão sendo devastados de alguma forma. Estão aqui e acolá, quando a gente descuida um lado, está do outro lado da cidade a mesma coisa. A pastoral tem uma luta pela vida, pelo amor às criaturas, nós também fazemos parte do Movimento Laudato Si, o antigo movimento católico global pelo clima e chamamos a atenção justamente para esta questão, o que está acontecendo aqui vai impactar o clima na cidade de forma irreversível, assim como está atingindo todo o Planeta, mas aqui, de forma especial, pela destruição causada. O poder público está vendendo a cidade de forma bem barata, porque vai ter um custo muito alto para as próximas gerações. Então é isso, Laudato Si, louvado seja meu Senhor por todas as tuas criaturas. Obrigada; um bom-dia para todos. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):Obrigado, Lia. A próxima inscrita é a Amanda Cardoso do AtuaPoa.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Ah, então tá. A próxima então é a Sra. Lisandra Dorneles, da Associação Brasileira de Medicina Veterinária Legal, por gentileza.

SRA. LISANDRA DORNELES: Bom dia pessoal, eu sou a Lisandra Dorneles; com já citado ali da Associação Brasileira de Medicina Veterinária Legal. A pergunta que eu tenho pra fazer não é ideológica, ela é técnica. O Alex citou ali que tem um arquiteto, que tem um agrônomo. Eu gostaria de saber se tem algum biólogo ou médico veterinário também responsável? Se tem os relatórios de EIA-RIMA pra que a gente possa ter acesso? Porque, eu, como participante da Associação Brasileira de Medicina Veterinária Legal, eu estou acostumada a trabalhar com pareceres técnicos, com laudos periciais, e eu acho que isso é muito importante, porque não é só uma questão de ser eco chato né, mas, infelizmente, na natureza, as coisas não funcionam separadamente. Então tirar uma árvore aqui, plantar outra árvore ali, como já foi dito, e todo aquele ecossistema que já está instalado, ele não vai funcionar sem aquela árvore. Então é uma questão de saúde única, que a gente tem até essa nova denominação né, que antigamente a gente falava em saúde pública, mas que agora se diz saúde única, porque ela precisa desses três pilares que são indissociáveis, que é a saúde humana, ambiental e animal. Então, estragou um pedaço, o resto todo não funciona. A minha dúvida era só essa. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Lisandra. Eu quero dizer pra vocês, eu vou passar para os vereadores agora e depois para a empresa aqui, e o Ver. Oliboni vai fazer o encaminhamento. Eu quero só dizer pra vocês que essa comissão não vai ser omissa diante de tudo que ela ouviu aqui, tá. (Palmas.) Vou passar para a Ver.^a Cláudia Araújo.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia; bom dia a todos; tem algumas falas aqui que me deixaram impactadas. Uma delas que falou se esconder atrás das árvores. Gente, essas árvores estão lá há milhões de anos, e agora é que é a gente está preocupado com que tenha alguém pra se esconder atrás delas? Tá mal, né! Elas estão muito antes de nós.

Eu quero trazer, antes de falar sobre o Harmonia, a questão arbórea, a questão das nossas árvores. Nós temos muitos problemas na cidade. Muitas áreas desmatadas, inclusive eu trouxe pro secretário, que não tem a ver com esta área, porque é Viamão, mas tem a ver por que a gente fala de natureza e de meio ambiente, uma área que está sendo desmatada, na divisa com Viamão, pra colocação de uma mineração. Isso é um absurdo. Então, assim, trouxe, isso é a nível de Estado, mas é importante a gente trazer pra essa fala.

A área da Juca Batista, que não é a área que o que o Ver. Joanas comentou, mas que é uma outra área próxima que foi feito um desmatamento de Ipê, de várias árvores centenárias para fazer um loteamento, e o que me preocupa, na verdade, é a contrapartida. Tá, mas pra onde vai essa contrapartida? Porque não adianta dizer pra mim que 400 árvores foram retiradas e 1500 foram recolocadas se eu não sei onde elas foram recolocadas. Onde é que está o impacto disso? Onde está sendo colocado isso? Acho que isso é importante a gente ter como informação. "Ah, a gente vai fazer uma contrapartida". Onde vai ser colocado isso? Em qual local? Para que a gente tenha esse acesso também e saiba que realmente isso está acontecendo. Eu recebo milhares de pedidos de podas e de supressão de árvores velhas, idosas, na cidade, e que a gente não consegue. A gente não consegue retirar. Árvore que cai em cima de telhado, árvore que cai em cima de carro, árvore que, num ciclone, acaba prejudicando as fiações, e muita gente acaba ficando sem iluminação em função disso, e a gente não consegue retirar, porque o que dizem pra gente é que não tem mão de obra pra atender toda a demanda que a gente tem. E aí como é que a gente consegue tirar milhares de árvores de dentro de um parque centenário? A gente tem também o problema das ocupações. Agora nós estamos com um problema ali na Ponta Grossa, que uma área gigante está sendo desmatada de qualquer

forma para que seja feita uma ocupação, que também não está certo, e que também a gente precisa fiscalizar, porque ali também tem fauna, ali também tem flora, ali também tem vários problemas, e a gente não pode se calar.

Mas, aí, voltando né à questão do Harmonia. Eu não acredito que o GAM3, uma empresa séria, uma empresa idônea, esteja fazendo algo que não tenha sido acordado, mas o que eu vejo, quando eu passo por ali, e eu passo todos os dias por ali, é uma grande devastação, assim, visível, o que a gente enxerga é que virou um campo de guerra que está sendo assim, oh, é lamentável a visão que eu tenho de fora. Eu, como disse, não acredito que eles estejam fazendo algo que não tenha sido acordado, mas eu acho que é muito importante pra nós, enquanto comissão, verificarmos o que foi feito, porque eu estava lá na assinatura dessa concessão, e o que eu vi lá era que o local dos piquetes, o local que era adequado a esta parte dos piquetes seria preservado. E não é isso que eu estou vendo. Então eu preciso dessa explicação, eu preciso desse esclarecimento, porque eu não tenho isso; eu não vou nem dizer sim nem não, mas a gente precisa levar isso avante, e a gente precisa saber exatamente o que que está acontecendo e como está acontecendo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Na verdade, a inovação é importante para a nossa cidade, a modernização é importante pra nossa cidade, mas ela não pode ter um custo tão alto pra nossa humanidade, que amanhã a gente venha a chorar e a se arrepender pelo o que a gente deixou de lutar. Então eu acho que a gente precisa levar isso em conta. E, pra encerrar, eu quero dizer que essas acusações são graves e que, com certeza, a comissão de saúde não vai se calar. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, vereadora. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Bom dia, quase boa tarde; eu faço parte desta comissão há muitos anos; estou no meu quarto mandato, e talvez essa seja a segunda reunião mais importante que eu já participei; a primeira, como eu citei, foi a dos queimados do pronto socorro, que me tocou profundamente. Algo que me chamou a atenção na fala de pessoas com conhecimento técnico, porque eu sou, a minha formação é de jornalista, eu sou vereadora, eu faço leis, eu fiscalizo, me chamou muito a atenção os depoimentos que eu assisti aqui. Eu anotei um dos mais importantes na minha opinião; supressão ou aterros de gramados com perdas de habitats para ave e fauna, em especial aos quero-queros, pica-paus do campo, sabiás, pombas rolas, que se alimentam de minhocas e pequenos organismos que vivem neste ambiente. Eu não saberia disso; passei a conhecer que isso é gravíssimo. O que vocês apresentaram, as fotos que eu vi, nós temos que fazer alguma coisa. Agora a minha pergunta é, porque uma das coisas que eu venho acompanhando na cidade, porque eu sou membro do Plano Diretor, porque me preocupa o índice de altura que estão querendo colocar nessa cidade, nos bairros, eu sou contra. (Palmas.) A gente, de repente, não tem mais o direito de ter bairros com casas. Então eu vou participar, porque eu quero acompanhar isso. O que eu quero saber aqui – que eu aprendi nessa minha participação com reuniões de bairros, de pessoas que querem ter o direito de morar em bairros residenciais – e se foi feito um estudo de impacto de vizinhança? (Palmas.) Se não foi feito, aí está um grande erro. E nós vamos ter que começar a parar e pensar, presidente e colegas, o encaminhamento desta reunião, na minha opinião, precisa começar por aí. Como não foi feito? Por que não foi feito? Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, vereadora. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Quero saudar a todos; com alguns já convivi, saudar o professor Brack, satisfação em vê-lo aqui. Eu quero dizer que a nossa composição da comissão são estes vereadores, outros podem

participar; lamento o que aconteceu inicialmente, provocações desnecessárias. Dizer que eu também faço parte desse movimento, que a Mônica está falando, há muito tempo, na preservação de bairros. Quem conhece, já fui do CMDUA da Zona Sul, RP 6.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Isso. Muito importante a reunião, essas informações que chegaram, vai ter encaminhamento, a seguir aqui o presidente vai elencar, e nós vamos dar continuidade, sim, para confrontar o que foi autorizado e o que está sendo feito e todos esses danos, inclusive, a parte ambiental da sonorização que são as festas *rave*, entre outras. Para os moradores, tem que ver ter uma medição com decibelímetro para que esse som não venha a atrapalhar o Centro Histórico de Porto Alegre. Estamos aí juntos com a comissão. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigada, vereadora. O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Bom dia a todos e todas, sou o Ver. Giovani Culau, líder da bancada do PCdoB. Desde que cheguei nesta reunião, me sentei aqui, porque, na maior parte das vezes, gosto mais de ouvir, inclusive, do que falar, Ver.^a Mônica. Assim como disse a Ver.^a Cláudia, eu não me surpreendo com muito do que ouvi aqui, mas me indigno muito com o que ouvi aqui. Evidente que eu tenho, e preciso ser honesto, uma divergência com o projeto, com a concessão como um todo, porque penso que vai no sentido da descaracterização do parque. Eu não quero que o Parque Harmonia seja mais um parque que eu pudesse encontrar em qualquer outra cidade do Brasil ou do mundo. Quando a gente tem no projeto o elemento do parque temático, da valorização da cultura, eu problematizo muito qual é o lugar do povo negro, dos povos indígenas, nessa valorização da cultura apresentada no projeto. Mas eu

acho que tem centralidade aqui aquilo que é apresentado de possibilidades de ilegalidades e de crimes ambientais. Eu concordo contigo, Ver.^a Lourdes que as primeiras manifestações dos nossos colegas foram bastante inadequadas. Inclusive porque esta Câmara ter aprovado a concessão, em que pese eu seja contrário a ela, não pode significar a interdição do debate público e da participação social. (Palmas.) Inclusive porque esta Câmara não pode se pensar maior do que a cidade. Eu sei que é elemento de divergência entre nós, mas eu sou muito crítico, por exemplo, que esta cidade teve uma votação no primeiro e no segundo turno das eleições, e a Câmara aprovou uma moção de apoio ao *impeachment* do Presidente. Então, essa ideia de democracia, muitas vezes, é mobilizada de forma muito particular, para não usar outro termo. Assim como eu penso que o setor empresarial da cidade não pode ser maior do que os interesses da cidade. Por que que eu falo isso? O Jornal do Comércio hoje ou ontem noticia o seguinte (Lê.): “Pontal surpreende ao proibir a passagem de veículos à margem do Guaíba.” Uma notícia do Jornal do Comércio sobre aquela passagem que foi construída; proibiu-se a passagem de veículos, só pode passar quem vai acessar o hotel. Eu trago isso como exemplo do que pode estar colocado aqui de que o interesse econômico não pode ser superior ao interesse do bem viver na cidade. Por que estou falando tudo isso, gente? Porque eu quero ser – não sei como é que está o meu tempo? – bastante focado no encaminhamento de proposições, Ver.^a Cláudia.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Se puder concluir, eu agradeço.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Isso, com as propostas de encaminhamento. Eu reforço a opinião de que eu acho que nós precisamos de uma paralisação das obras para que a gente possa fazer o debate e os encaminhamentos necessários. (Palmas.) Eu acho que, em segundo lugar, a gente precisa de uma visita técnica desta comissão, inclusive envolvendo o Ministério Público e quem mais for necessário, no Parque Harmonia. (Palmas.) Eu acho que a gente precisa, enquanto comissão, formalmente solicitar toda

documentação – da concessão, das obras, estudos de impacto ambiental, de vizinhança – para que a gente possa perceber o que tem e o que não tem, o que tem de contradição naquilo que se tem. Eu acho que essa solicitação formal, enquanto comissão, é muito importante e, por fim, eu considero que, através desta comissão, nós solicitássemos o comparecimento do secretário Germano aqui na Câmara para um debate, a partir da Câmara com o conjunto da cidade. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver. Giovani. Vereador Jonas Reis, queres fazer uma fala final?

VEREADOR JONAS REIS (PT): Só uma proposta de encaminhamento, que pudesse ter uma reunião, essas representações que vieram aqui na Câmara, junto com o governo, porque são denúncias gravíssimas, principalmente, quanto a essa mudança do processo licitatório inicial, das permissões colocadas pela secretaria. Isso pode gerar inclusive um passivo enorme para o Município, um passivo enorme para o Município, e de outras empresas que poderão inclusive processar a Prefeitura. Isso também me preocupa, além dessa questão central nossa aqui que é do ecossistema devastado. Por último, só quero dizer que, acho que foi bem frisado pelos vereadores e pela Rose, que falou: virou estacionamento e era uma rua. Eu até hoje queria entender, como que nós tínhamos uma rua, e hoje não é mais uma rua. Isso nós já falamos lá na tribuna em outros momentos, nós tínhamos uma rua. Essa rua tem que ser devolvida à cidade! Uma cidade não pode vender uma rua (Palmas.), não pode conceder uma rua para uso privado! Está na Lei Orgânica, rua é de uso público, de todos. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): O diretor Alex gostaria de fazer uma fala final? Antes da GAM3?

SR. ALEX PEREIRA DE SOUZA: Bom, eu agradeço, pessoal, a todos aqui a oportunidade de estar ouvindo e percebendo assim diferentes aspectos. Todo mundo traz uma contribuição, e as contribuições vão melhorando, de fato, cada vez mais o processo. Reitero que a gente vai ficar à disposição para poder fazer os esclarecimentos, depois eu te respondo também. À medida que a gente puder combinar então, de repente, uma visita técnica, eu chamo também o pessoal técnico de cada área para participar, e vou levar para o secretário Germano, sim. Ele hoje não pôde estar presente, mas que ele venha na próxima para poder falar um pouco mais diretamente para todo mundo aqui. Obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Alex. A Sra. Carla, da GAM3, vai fazer uma fala final e depois vou passar para o Ver. Oliboni para fazer o encaminhamento.

SRA. CARLA DEBONI: Eu vou deixar com o Luiz o contato da empresa para qualquer abordagem, então podem pegar com ele, para questionamentos e tudo mais, e ficamos no aguardo da confirmação dessa visita técnica...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CARLA DEBONI: Não, eu sou responsável pela empresa. Isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CARLA DEBONI: Vai ser passado pelo Luiz.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CARLA DEBONI: Ela vai estar na visita técnica, também os responsáveis técnicos da empresa tanto de projeto quanto de obra e a parte da bióloga também.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CARLA DEBONI: Tem bióloga, a empresa tem, é uma exigência inclusive isso, desde a sua concessão, desde o seu concebimento tem a questão da responsabilidade técnica.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CARLA DEBONI: É que aquela é uma placa de obra, tem a placa específica de obra e a concessão não tem essa exigência, mas ela está lá.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CARLA DEBONI: Da obra sim.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CARLA DEBONI: É que tem um guarda-chuva, mas enfim... Podemos providenciar.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): O colega vai falar? Da GAM3?

SR. PIETTRO KAYSER BOSCARDIN: Não, não, eu acho que o esclarecimento já foi dado pela Carla aqui, encaminhando essas dúvidas, a gente vai juntar toda equipe técnica. Que nem ela comentou, responsáveis técnicos tem desde antes das obras, muito antes. Tudo isso comprovado com documentos oficiais dos órgãos responsáveis, os conselhos CRBio e CREA. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, o Alisson, da Secretaria Municipal de Parcerias.

SR. ALISSON MARTINS: Presidente e demais vereadores aqui também, eu queria colocar a secretaria à disposição para explicar os cadernos de encargo, o edital, como é que isso tudo funcionou, tirar todos os esclarecimentos, até porque todas essas partes que vocês levantaram aqui já foram consideradas inclusive lá no grupo de trabalho executivo que a gente fez no passado. Isso tudo foram discussões, inclusive essa parte do impacto do som, quando tivesse alguma intervenção ali, e só refrisar que...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Deixa ele falar pessoal; só um pouquinho.

SR. ALISON MARTINS: É; todas essas partes foram consideradas. Então a gente ali na secretaria está à disposição aqui pra tirar todos os esclarecimentos.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

SR. ALISON MARTINS: Se eu puder só finalizar aqui, por favor.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

SR. ALISON MARTINS: É; todo o edital, tudo isso foi considerado tá; tudo isso aqui foi discutido lá no grupo de trabalho executivo. Então estou colocando aqui à disposição a secretaria pra gente tirar esses esclarecimentos e colocar tudo aqui...

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Tá bom. Obrigado. Pessoal, todas as dúvidas, se vocês tiverem, vocês podem mandar pra COSMAM tá; pode mandar

e-mail pra COSMAM, procurar o Luiz, que é o nosso assessor aí. Vou passar então para o Ver. Oliboni para o encaminhamento final. Quero agradecer a presença e a luta de vocês todos aí; estamos juntos, tá bom.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então, pessoal, como há costume de quem propõe a reunião também propõe encaminhamentos, eu conversei aqui com a Mesa, tanto com o governo municipal, meus colegas vereadores e vereadoras, como também a GAM3, mas antes de dizer o acordo, quero fazer aqui, pedir a licença pra vocês pra fazer uma referência à Liliana Cardoso que, de fato, a gente tem uma intimidade antiga, porque a mãe da Liliane foi minha colega na PUC, trabalhamos anos juntos e, portanto, tem essa consideração de gratidão antiga, o meu abraço. E sempre estaremos apoiando a Semana Farroupilha, com certeza, não tira dúvida disso.

Pois então; eu ouvi do Paulo Brack o encaminhamento de que teria feito já um requerimento ao Ministério Público, e acordei aqui com os interessados – quero ouvir vocês – ou, eu tenho certeza, todo mundo defendeu aqui uma visita ao local, e seria terça-feira às 14 horas. Até terça-feira, 14 horas, o governo municipal e a GAM3 apresenta à comissão a EIA-RIMA, o EVU, a aprovação no CMDUA, isso tudo, as atas, os acordos, as mudanças. Nós precisamos, para poder contestar ou não...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): O projeto de gerenciamento dos resíduos, tudo isso nós precisamos em uma semana. Nós íamos já agora, quinta ou sexta, mas pedi um tempo maior. Então, na terça-feira de manhã nós temos reunião da comissão de saúde aqui, e à tarde saímos pra ali às duas da tarde, podemos nos encontrar ao lado do salão de eventos ali, pra então fazer essa visita *in loco*. Então nós precisamos... Vocês concordam? Quem concorda levanta a mão aí pra eu saber se de fato vocês vão estar aqui terça-feira à tarde. Ok?! Muito bem. Portanto, já, visivelmente, deu pra perceber que teremos uma

comissão da sociedade pra poder, enfim, acompanhar o que o próprio Alex disse e a GAM3 também disse aqui com a Carla, de que tudo isso, enfim, foi feito e está na mão, que, pra nós, é desconhecido, desconhecido. Por isso o objetivo inicial de nós chamarmos uma reunião aqui, e agradeço à COSMAM que, sensível ao problema – pra nós é um problema –, de imediato aprovou lá, e nós pautamos na Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Então, nesse sentido também, Paulo Brack, que nós vamos entrar em contato com o Ministério Público...

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Inclusive ele foi convidado pra estar aqui.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Foi, e não está. E, ao ter acesso a esse documento que tu entregaste, eu vou trazê-lo pra subscrever pela comissão. É nesse sentido que nós, ou até ampliar qualquer questão que ora tu apresentaste.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sim; nesse sentido é óbvio de que se o Ministério Público pedir a presença dos vereadores, eu, como proponente, garanto que estarei representando a comissão contigo e com a toda sociedade que queira estar, ainda essa semana, porque nós precisamos para que terça-feira, às 14 horas, o Ministério Público esteja presente. Tenho a opinião, em função das denúncias, ou, enfim, as questões levantadas, e também os laudos ora apresentados pelo poder público municipal e pela Agapan. Pode ser assim, pessoal? Então, contigo presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Pessoal, muito obrigado. Então terça, a próxima terça, às 14 horas, lá no parque. Está bom? Ali perto da Casa do Gaúcho. Tá bom? Oi... Tem uma dúvida, só um pouquinho...

SRA. ROSELENA COLOMBO: Eu tenho uma dúvida que é assim em relação à questão da paralisação, porque, assim, oh: “Terça-feira nos encontramos; vai o Ministério Público, vão levar os materiais; e passa a retroescavadeira...” A proposta que eu fiz é a seguinte, está em discussão isso: que eles têm que parar já; então tem que ter uma solicitação da comissão, dessa Casa, junto à GAM...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ROSELENA COLOMBO: Bom, tá, é essa a dúvida que eu tinha, porque tem que parar...

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Se depender do vereador proponente, na minha fala inicial eu falei sobre isso, de que uma vez não apresentado aqui o projeto e nem o EVU e a aprovação do CMDUA, pra mim está claro que deveria paralisar. Mas aí eu pergunto, Paulo Brack, tu que tens mais experiência nisso – nós podemos solicitar isso, ou quem determina é o Ministério Público?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então presidente, eu coloco a presidência aqui pra encaminhar esse assunto da paralisação.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Pessoal, nós vamos fazer, nós vamos convidar o Ministério Público pra estar junto lá, e vamos esperar esse encaminhamento deles; tem que partir do Ministério Público se para ou não; nós podemos só provocar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Só um pouquinho... Só um pouquinho...
Nós vamos reunir todos os documentos e aí sim nós podemos tomar uma atitude aqui da comissão. Tá *ok*?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Já está encaminhado.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Vamos aguardar terça-feira. Tá bom, pessoal.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Nós não temos autonomia pra isso, pessoal, nós não temos, tem que partir do Ministério Público, pelo amor de Deus.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Mas ele já encaminhou, o professor já encaminhou ao Ministério Público.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Nós podemos fazer isso, não custa nada, mas depende...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Está bom; está bom. Vamos fazer então. Obrigado pela presença.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Pessoal, olha só, Ver.^a Mônica, Ver.^a Cláudia, Ver.^a Lourdes, o presidente acaba de dizer que está concordando em subscrever o pedido de paralisação das obras. Portanto, em nome da comissão, nós estamos pedindo ao governo e à GAM3 que paralise as obras até terça-feira...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Para fiscalização das obras. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Só um pouquinho, nós não temos... Só um pouquinho, tem que ficar bem claro, a comissão não tem autonomia pra isso. Nós vamos fazer o ofício, tá ok. Nós vamos oficializar o executivo; o pedido. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h28min.)